



Relatório e Contas

Banco BIC Brasil Fundo de Investimento Alternativo Aberto

Fundo de Investimento Alternativo Aberto

30 de Junho de 2014

Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.

Sede: Av. da Liberdade, 229 – 3º Andar, 1250-142 Lisboa

Telefone: +351 214 200 530 • Fax: +351 214 200 559

Capital Social: 1.206.000 euros

Número único de registo e de pessoa colectiva: 506 292 622

www.dunascap.com

www.bancobic.pt

RELATÓRIO DE GESTÃO SEMESTRAL

30 DE JUNHO DE 2014

1. CARACTERIZAÇÃO DO FUNDO

1.1. HISTORIAL E OBJETIVO DO FUNDO

A denominação do FUNDO é "Banco BIC-Brasil - Fundo de Investimento Alternativo Aberto" (adiante designado abreviadamente por "Fundo").

A sua constituição foi autorizada, por deliberação do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 4 de Agosto de 2011, por tempo indeterminado, tendo iniciado a sua atividade em 30 de Agosto de 2011.

O Fundo constituiu-se como um Fundo Especial de Investimento Aberto, não harmonizado, tendo desde o dia 9 de Setembro de 2013 assumido a forma de Fundo de Investimento Alternativo Aberto nos termos do nº 2 do artº 2º do Regulamento da CMVM nº 5/2013.

O Fundo é administrado pela Dunas Capital – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. ("sociedade gestora") e a entidade depositária dos valores mobiliários é o Banco BIC Português, S.A. ("depositário").

As entidades comercializadoras são a Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A., na sua sede na Av. da Liberdade nº 229 – 3º andar em Lisboa, o depositário, Banco BIC Português S.A., na sua sede na Av. António Augusto Aguiar, 132 em Lisboa, bem como nos seus balcões e centros de empresa e o Best – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A., nos Centros de Investimento BEST que são agências do Banco BEST e através dos canais de comercialização à distância: por Internet através do sítio www.bancobest.pt e por serviço telefónico 707 246 707.

A gestão da carteira de ativos do Fundo foi subcontratada pela sociedade gestora à BRZ Investimentos Ltda., que é uma sociedade constituída de acordo com a legislação brasileira e tem sede na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr. 758 conj. 52, São Paulo.

Os serviços de gestão de carteira que a BRZ Investimentos Ltda. presta consubstanciam-se, principalmente, na escolha dos ativos que compõem o património do Fundo.

O Fundo tem como principal objetivo proporcionar aos seus participantes o acesso a uma carteira de ativos do mercado brasileiro, quer de rendimento fixo, quer de rendimento variável, com predominância para os ativos de rendimento fixo. Assim, os principais ativos serão obrigações e outros títulos de dívida emitidos por empresas brasileiras e títulos de dívida emitidos pelo Tesouro Nacional Brasileiro.

A moeda de referência do Fundo é o Dólar dos Estados Unidos.

1.2. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Fundo investe em obrigações e títulos de dívida de empresas brasileiras e do Tesouro Nacional Brasileiro, podendo, contudo, haver um investimento até 30% do valor líquido global do Fundo em ações ou valores mobiliários similares.

Poderão ser realizados investimentos no mercado brasileiro ou fora do mercado brasileiro, mas com exposição ao mesmo, através de obrigações, *american depositary receipts* (ADR's) e *exchange trade funds* (ETF's).

Apesar da moeda de referência do Fundo ser o dólar americano, os ativos podem ser adquiridos nessa moeda ou em reais ou em euros.

A política de investimento do Fundo será orientada de forma a assegurar, direta ou indiretamente, a manutenção, em permanência, de pelo menos dois terços do valor líquido global do Fundo aplicado em instrumentos do mercado monetário, títulos de dívida pública e privada, títulos de participação e unidades de participação de outros OIC, OEI e ETF's.

A sociedade gestora poderá efetuar cobertura de risco cambial quando entender oportuno.

O Fundo não privilegia, em termos de investimento, setores econômicos específicos.

A política de investimento mantém-se inalterada desde a constituição do Fundo.

1.3. PERFIL DO INVESTIDOR

O Fundo destina-se a investidores com tolerância ao risco que assumam uma perspectiva de valorização do seu capital no médio/longo prazo e, como tal, estejam na disposição de imobilizar as suas poupanças por um período mínimo recomendado de 3 anos.

1.4. BENCHMARK (PARÂMETRO DE REFERÊNCIA)

O Fundo tem como *benchmark* a *US Dollar Libor 6 Meses + 3,00%*.

A taxa Libor 6 meses é a taxa de juro de referência para o dólar norte americano utilizada nos mercados financeiros e reconhecida como representativa das condições de mercado, fixada diariamente para o prazo de 6 meses.

1.5. POLÍTICA DE EXECUÇÃO DE OPERAÇÕES E TRANSMISSÃO DE ORDENS

A sociedade gestora encontra-se sujeita ao dever de assegurar as melhores condições na execução de todas as operações, tomando sempre em consideração todos os fatores considerados relevantes para se assegurar o melhor resultado possível para o Fundo.

1.6. VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Os ativos encontram-se valorizados de acordo com as regras de valorimetria estabelecidas no ponto 3.2. do Capítulo II do prospeto do Fundo, as quais se encontram descritas na Nota 4 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

1.7. CONDIÇÕES DE INVESTIMENTO

As condições de investimento em vigor são as que seguidamente se apresentam:

Condições de Investimento em 30 de Junho de 2014

Subscrição inicial	1500 USD	Prazo Liq. Subscrição	D+1
Investimentos adicionais	100 USD	Prazo Liq. Resgate	D+3

Comissões

Subscrição	0%	Gestão Fixa	1%
Resgate	até 180 dias - 1%	Variável	*
	após 180 dias - 0%	Depositário	0,20%

* 20% a incidir sobre a valorização positiva do Fundo face ao *benchmark* com *high water mark*, ou seja, quando a rentabilidade do Fundo exceda na data do seu aniversário, a *US Dollar Libor 6 Meses+ 3,00%* em cada ano após a constituição do Fundo.

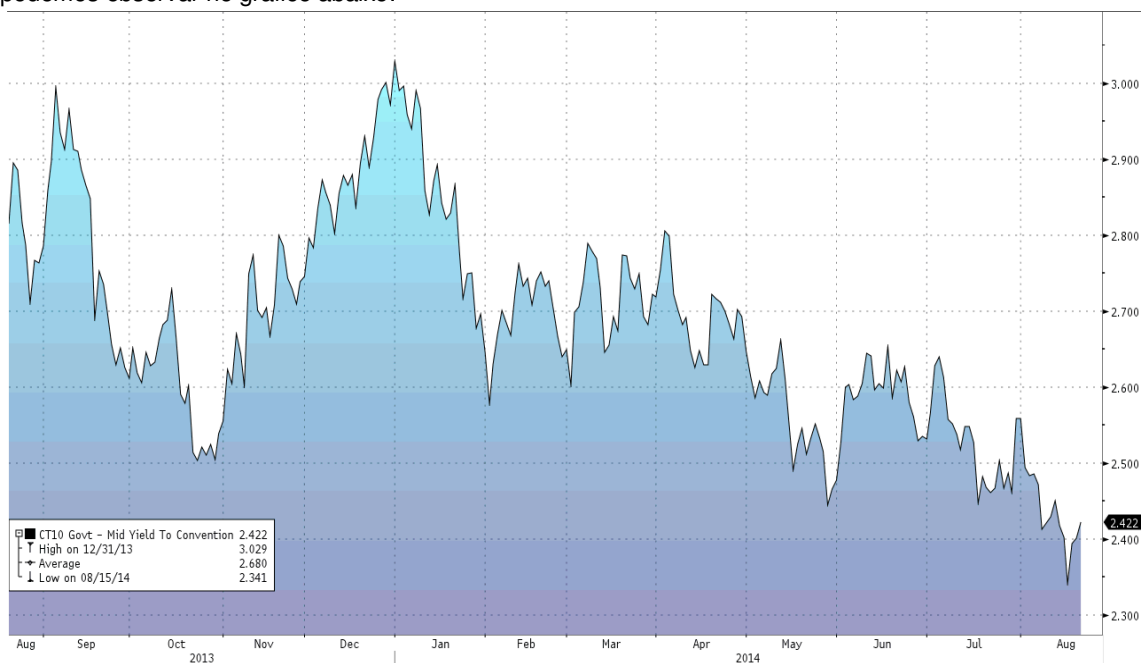
2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DO FUNDO

2.1. ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO – PRINCIPAIS TEMAS

Estados Unidos

Durante o primeiro semestre o *Federal Reserve* “FED” continuou com a redução de estímulos à economia, retirando mensalmente USD 10 bilhões de compras mensais de títulos americanos. Esse movimento ocorreu concomitantemente com um gélido primeiro trimestre. O clima muito frio na região, causado pelo vórtice polar impactou tanto na criação de novos postos de trabalho quanto no PIB.

No primeiro trimestre o PIB dos Estados Unidos apresentou uma retração significativa de 2.1% a.a. comparado ao trimestre anterior. Isso influenciou bastante o fluxo para as obrigações americanas, ao contrário das expectativas do início do ano, apresentando uma forte apreciação durante todo o primeiro trimestre, como podemos observar no gráfico abaixo:



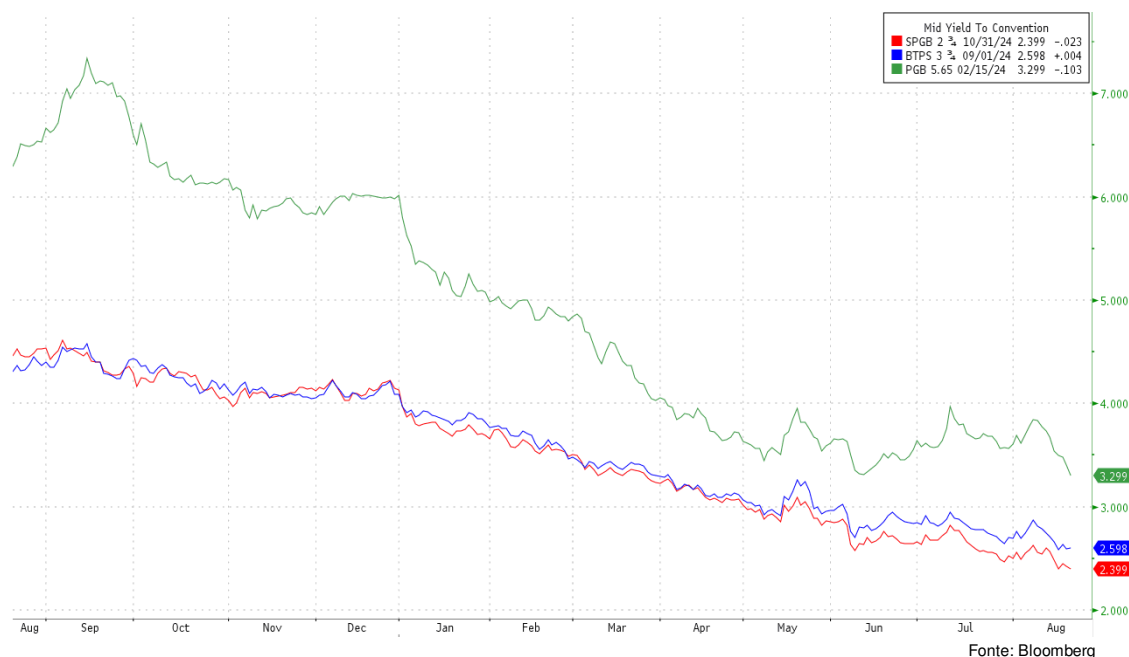
Durante boa parte do primeiro trimestre, houve uma forte desvalorização das moedas emergentes frente ao dólar. Não só o real, mas a lira Turca, a grívnia da Ucrânia e o rand Sul-Africano, atingiram mínimos desde 2008. Esse receio foi incrementado por fracos números industriais na China e por receios do “*shadow banking*” (sistema bancário sem regulação). Com uma atuação mais forte por parte de alguns Bancos Centrais, houve uma forte redução do prêmio de risco após esse stress.

Em março, destaque para a comunicação do *Federal Open Market Committee* “FOMC” sobre uma possível antecipação do aumento de juros já em 2015. Fato aliviado em um novo discurso ao final do mês onde o FOMC tentou contornar a perspectiva de juros mais altos, enfatizando que os estímulos durarão por mais tempo.

Já no segundo trimestre, a recuperação dos indicadores de atividade e emprego reforçaram a percepção de retoma da economia. A leitura foi que o primeiro trimestre deveria ser considerado uma anomalia resultado do efeito climático na atividade da economia norte americana. Os dados económicos melhores foram reconhecidos pelo FED, que confirmou a retirada dos estímulos monetários até o final de 2014.

Europa

No começo do primeiro trimestre, o melhor humor com os países periféricos na Europa, possibilitou o refinanciamento de suas dívidas. Destaque para emissão da Irlanda, que influenciou positivamente os títulos Espanhóis, Italianos e Portugueses. Como podemos observar no gráfico comparativo entre os países periféricos, a evolução das taxas de seus títulos a 10 anos ajudou a estabilizar a Zona Euro.



Durante o semestre, o PMI *composite* da Zona Euro continuou a crescer, principalmente puxado pela Alemanha e pela França. Adicionalmente, os países periféricos também começaram a mostrar melhoras no seu crescimento, mas mesmo assim sem uma forte tendência de crescimento.

O principal tema no semestre foi a turbulência geopolítica entre a Rússia e a Ucrânia. Os receios estenderam-se também para os Estados Unidos e parte do fechamento das taxas de juros no mercado norte americano, pode ser explicada pela evolução do caso da Rússia.

Ásia

Depois de grandes receios com a evolução do “*shadow banking*”, o mercado acalmou com os “mini-estímulos” implementados pelo Governo chinês. Um crescimento próximo de 7,5% a.a. parece ser possível de atingir. No semestre, o governo chinês adotou diversas medidas, seja de caráter monetário (como os cortes de compulsório), seja na liberação de investimentos e empréstimos para o setor ferroviário, pequenas empresas, e revitalização urbana, para atingir esse objetivo.

Por outro lado, o movimento contra a corrupção mostrou-se muito forte no primeiro semestre, tendo mais de 84 mil dirigentes públicos sido punidos, o que gerou um impacto no setor imobiliário do país. Contudo, os indicadores de vendas de novas casas e novas construções, depois de uma queda, começaram a mostrar sinais de melhora e essas mudanças devem ser positivas para os próximos anos.

Outro aspecto que foi observado no primeiro semestre, foi o incentivo aos IPO's, visando a desalavancagem das empresas. As políticas adotadas até agora são consistentes com a visão de que o governo chinês seguirá uma estratégia gradualista.

Ambiente económico

No primeiro trimestre, as empresas continuaram a enfrentar um cenário macroeconómico difícil. O governo tentou reconquistar a confiança do mercado, com um discurso forte no combate à inflação e uma possível redução nos gastos públicos. Acreditamos que a retoma da confiança se dará na medida em que essas promessas vão sendo cumpridas e sem criatividade fiscal. Sem esses avanços, o mercado precificava a SELIC no final de 2014 em 13% e continuava adicionando prémio para os próximos anos.

Surpresa positiva no começo do ano foi o crescimento do PIB de 2013 que veio acima das expectativas do mercado e deve ajudar o crescimento do ano de 2014. Contudo, dados económicos divulgados em fevereiro demonstraram alguma fraqueza económica, com um alto nível de *stocks* e baixa confiança tanto do consumidor quanto do empresariado. Fora a questão económica, a parte climática tem afetado a parte fiscal e dos preços de energia no Brasil, afetando a expectativa de inflação.

A Standard & Poor's baixou o *rating* soberano brasileiro de BBB para BBB-. Acreditávamos que esse movimento já estava precificado pelo mercado e o maior risco seria a manutenção da perspectiva negativa para o *rating* do país, o que não aconteceu. O ciclo de alta, que estabilizou a taxa de juros em 11%, assente principalmente no cenário inflacionário, perdeu força com a estabilização do preço dos alimentos, o fortalecimento do real frente ao dólar e o fraco desempenho económico refletido no PIB do primeiro trimestre que cresceu 0,2% (2,5% nos últimos quatro trimestres).

No primeiro semestre, o mercado de trabalho começou a mostrar sinais de fraqueza, sendo criados baixos números de postos de trabalho, apresentando o resultado mais fraco em anos. Nos dados de crédito divulgados houve um pequeno aumento nos atrasos das famílias brasileiras, além de uma menor concessão de crédito por bancos públicos, movimentos que iremos acompanhar no próximo semestre para verificar se é um ponto de inflexão ou não no indicador. No âmbito corporativo, temos visto as empresas reduzindo *stocks*, dando férias coletivas aos seus funcionários devendo começar a demitir no segundo semestre. O grande destaque do semestre foi o início das discussões sobre as eleições e a influência das perspectivas económicas nos preços dos ativos. Desde março, quando as primeiras pesquisas eleitorais começaram a serem divulgadas, o índice Ibovespa valorizou mais 18%, enquanto os juros mais longos tiveram um forte fechamento de taxas. A discussão deve ser ampliada no segundo semestre, onde tudo será definido nas urnas.

2.2. POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO

No primeiro semestre de 2014 continuamos cautelosos com os nomes adicionados na carteira do Fundo. De modo geral, mantivemos o foco principal no controle de *duration* da carteira e quais as obrigações que melhor condiziam com a perspectiva econômica que víamos, nomeadamente uma economia com grandes dificuldades de crescimento no ano de 2014.

Dado o cenário de crescimento mais conservador, reduzimos a posição em bancos de 40% para 30% da carteira do Fundo. Preferimos reduzir as posições na Caixa Econômica Federal e BTG Investment e adicionar uma posição no Banco Daycoval, que nos pareceu ter uma relação de risco/retorno melhor.

Mantivemos a posição de alocar em nomes que se aproveitavam de um câmbio brasileiro desvalorizado e mantivemos posições em *project finance* da Odebrecht Drilling que apresentou um *spread* muito superior ao da Petrobras, o principal cliente da operação.

No semestre, mantivemos uma pequena alocação em bolsa, tendo um bom desempenho de 7% no semestre. A alocação foi realizada para possibilitar um possível ganho se não se concretizasse o viés negativo do cenário brasileiro do início do ano.

2.3. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DO FUNDO

Em 30 de Junho de 2014, o montante sob gestão do Fundo ascendia a 11.260.185 USD, sendo o valor da unidade de participação de 108,4809 USD e havendo em circulação 103 798,7265 unidades de participação.

No que se refere às unidades de participação em circulação e seu correspondente valor unitário, de seguida apresenta-se quadro com a sua evolução mensal no ano de 2014:

Mês	Valor da UP	Nº de UP's	Montante sob gestão
Janeiro	101,6512	104.005,3807	\$10.572.279
Fevereiro	103,8063	104.005,3807	\$10.796.419
Março	105,3863	104.005,3807	\$10.960.745
Abril	106,7818	104.057,7517	\$11.111.484
Mai	108,0787	103.925,4116	\$11.232.125
Junho	108,4809	103.798,7265	\$11.260.185

* Valores de final de cada mês

O quadro seguinte apresenta a evolução, desde o início do Fundo, do número de unidades de participação em circulação, do valor da unidade de participação e do número de participantes, no final de cada ano:

	2013	2012	2011
Volume Total sob Gestão	\$10.626.686,55	\$10.768.002,90	\$9.967.691,38
Valor das UP's	\$102,1743	\$106,9786	\$99,6262
Nº de UP's	104.005,3807	100.655,6369	100.050,8890
Nº Participantes	15	N/D	N/D

Desde o início do Fundo o valor da unidade de participação teve a evolução que é descrita pelo gráfico seguidamente apresentado:



2.4. RENDIBILIDADES E RISCO HISTÓRICO

De seguida apresentam-se as medidas de rentabilidade e risco do Fundo ao longo da sua actividade:

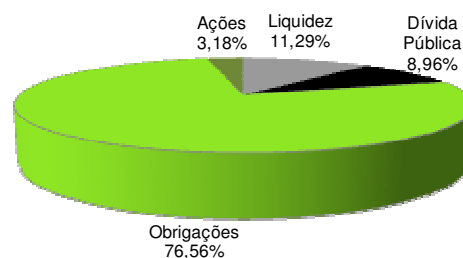
Rendibilidade e Risco do OIC			
	ult. 12 meses	2013	2012
Rendibilidade	6,63%	-4,49%	7,38%
Risco	3	4	3

Acresce referir, dando cumprimento ao disposto no art. 71º do Regulamento nº 5/2013 da CMVM:

- a) a rentabilidade divulgada representa dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo);
- b) As rentabilidades mencionadas têm como base os valores das unidades de participação calculados no último dia de cada ano e apenas seriam obtidas se o investimento fosse efetuado durante a totalidade do período de referência;
- c) As rentabilidades históricas apresentadas são calculadas na divisa em que se encontra denominado o Fundo.

2.5. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE APLICAÇÕES EM 30 DE JUNHO DE 2014

Principais activos em carteira	%
Odebrecht 2022 10 01	5,51%
Hyperm 6,5% 2021 04 20	4,86%
BRF 5,875% 2022 06 06	4,81%
Banco Nac. Desenv. 5,75% 2023 09 26	4,79%
Bradesco 5,75% 2022 03 01	4,71%
Total	24,67%



2.6. PERSPETIVAS PARA 2014

A incerteza no cenário político continua. As oscilações dos preços dos ativos, dado um cenário de dúvida, são elevadas. O que não deixamos de analisar é a probabilidade de um novo presidente assumir o governo e o que isso representaria para os preços dos ativos.

O Banco Central vem dando sinais contraditórios em relação à política monetária, por um lado apresenta um discurso mais duro e por outro liberta um volume grande de recursos para os bancos realizarem empréstimos, através de medidas de incentivo ao crédito.

Mesmo com o adiamento da perspectiva de corte na taxa de juros a expectativa de inflação pelo relatório FOCUS continua sob pressão, levando a expectativa de inflação de 2014 e 2015 para 6.25% a.a.. Em relação ao crescimento, as perspectivas continuam sendo reduzidas, sendo esperado que o crescimento para 2014 seja 0.8% e para 2015 de 1.2%.

Em relação à moeda, os riscos continuam no nosso radar. Se por ventura ocorrer um desarme do grande volume de operações de *carry trade*, a porta de saída é pequena para tantas aplicações. O cenário a ser desenhado possibilita pelo menos um pouco mais de desvalorização da moeda, em qualquer que seja o resultado da eleição, pelo menos no curto prazo.

Dessa forma, devemos continuar, no segundo semestre, a investir em empresas que sofrem menos com um crescimento mais fraco do Brasil e possam aproveitar uma moeda mais frágil.

2.7. NOTAS FINAIS

O Prospecto, o IFI (Informações Fundamentais destinadas aos Investidores) bem como o relatório anual e semestral encontram-se à disposição de todos os interessados junto da sede da sociedade gestora ou nos balcões do depositário.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

*Em 30 de Junho de 2014
(montantes expressos em USD)*

BANCO BIC BRASIL - FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO ABERTO

Designação	Quantidade	Preço unitário	Moeda	Juro Decorrido (Dólares dos Estados Unidos)	Valor Total (Dólares dos Estados Unidos)
A - Composição discriminada da carteira de aplicações dos FIM					
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS					
1.3 Mercado de bolsa de Estado-membro da UE					
1.3.1 Títulos de Dívida Pública					
BNDES 5,75% 09/26/23	500.000	107,31	USD	6006	542.546
BRAZ 2.625% 01/05/23	500.000	92,29	USD	5104	466.529
1.3.2 Outros Fundos Públicos e Equiparados					
BBras 5,875% 1/26/22	250.000	102,93	USD	5026	262.344
1.3.3 Obrigações diversas					
BABC 7,875% 04/08/20	450.000	108,5	USD	6458	494.708
BRF 5,875% 06/06/22	500.000	108,07	USD	1567	541.932
BRProp 9,% Perpetual	250.000	104,12	USD	4150	264.450
DAYCOV 5 3/4 03/19/1	500.000	104,15	USD	6453	527.193
Fibria 6,75%03/03/21	200.000	111,39	USD	3510	226.284
HSBC 4% 05/11/16	500.000	103,63	USD	2178	520.343
Hyperm 6,5% 04/20/21	500.000	108,35	USD	5056	546.806
ITAU 5,65% 03/19/22	500.000	103,09	USD	6341	521.796
Norbr 3,625% 11/9/15	500.000	102,58	USD	2054	514.969
Odebre 6,75% 10/1/22	578.520	106,72	USD	2429	619.808
PETBRA Float 011519	200.000	99,79	USD	799	200.387
Sabes 6,25% 12/16/20	500.000	104,74	USD	972	524.682
Suzan 5,875% 1/23/21	250.000	104,14	USD	5124	265.484
1.5 Mercados regulamentados de Estado não membro da UE					
1.5.3 Obrigações diversas					
Braske 5,375% 5/2/22	500.000	101,36	USD	3464	510.284
Miner 7,75% 1/31/23	250.000	106,91	USD	7007	274.285
Petro 5,375% 1/27/21	250.000	103,69	USD	4569	263.789
ValeB 4,375% 1/11/22	250.000	102,51	USD	4108	260.378
1.5.10 Outros instrumentos financeiros					
IShars MSCI Brazil	7.500	47,78	USD	0	358.350
2. OUTROS VALORES					
2.2 Outros valores mobiliários estrangeiros não cotados					
2.2.3 Obrigações Diversas					
Andrgi 4,0% 04/30/18	500.000	99,78	USD	2.667	501.572
Brades 5,75% 3/1/22	500.000	104,66	USD	7.603	530.883
Gerdau 4,75% 4/15/23	250.000	98,72	USD	1.979	248.782
7. LIQUIDEZ					
7.1 À vista					
7.1.2 Depósitos à ordem					
BIC 0%			EUR	0	136
BIC .15%			USD	4	1.401.649
9. OUTROS VALORES A REGULARIZAR					
9.1 Valores activos					
Valores activos	9		EUR		12
9.2 Valores passivos					
Valores passivos			USD		-49.826
Valores passivos	-58.843		EUR		-80367,4
B - Valor Líquido Global do Fundo:					11.260.185
D - Número de Unidades de Participação em Circulação:					103.798,7265

BANCO BIC-BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO ABERTO

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Dólares dos Estados Unidos)

ACTIVO						CAPITAL E PASSIVO						
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Notas	2014			2013		CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Notas	2014	2013
			Activo bruto	Mais-valias	Menos-valias	Activo líquido	Activo líquido					
21	CARTEIRA DE TÍTULOS											
	Obrigações	3	9.304.462	287.358	(56.212)	9.535.608	8.993.235	61	CAPITAL DO FUNDO			
23	Outros títulos de capital	3	328.750	29.600	-	358.350	-	62	Unidades de participação	1	10.379.873	10.371.085
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS		9.633.212	316.958	(56.212)	9.893.958	8.993.235	64	Variações patrimoniais	1	23.216	24.383
								66	Resultados transitados	1	201.219	699.135
									Resultado líquido do período	1	655.877	(543.511)
411+...+419	TERCEIROS								TOTAL DO CAPITAL DO FUNDO		11.260.185	10.551.092
	Contas de devedores		6.124	-	-	6.124	242.069					
	TOTAL DOS VALORES A RECEBER		6.124	-	-	6.124	242.069					
								481	PROVISÕES ACUMULADAS			
	DISPONIBILIDADES								Provisões para encargos	9	21.275	-
12	Depósitos à ordem	3	1.395.657	-	-	1.395.657	1.316.096		TOTAL DE PROVISÕES ACUMULADAS		21.275	-
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES		1.395.657	-	-	1.395.657	1.316.096					
								423	TERCEIROS			
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS								Comissões a pagar	19	44.771	10.631
51	Acréscimos de proventos	18	91.882	-	-	91.882	92.523	424+...+429	Outras contas de credores	19	53.035	49.803
52	Despesas com custo diferido	18	2.745	-	-	2.745	11.964		TOTAL DOS VALORES A PAGAR		97.806	60.434
	TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ACTIVOS		94.627	-	-	94.627	104.487					
								55	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
									Acréscimos de custos	20	11.100	44.361
	TOTAL DO ACTIVO		11.129.620	316.958	(56.212)	11.390.366	10.655.887		TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS		11.100	44.361
									TOTAL DO PASSIVO		130.181	104.795
									TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO		11.390.366	10.655.887
	Número total de unidades de participação em circulação	1				103.798.7265	103.710.8523		Valor unitário da unidade de participação	1	108,4809	101,7356

O Anexo faz parte integrante do balanço em 30 de Junho de 2014.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

BANCO BIC-BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO ABERTO
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013
(Montantes expressos em Dólares dos Estados Unidos)

CUSTOS E PERDAS					PROVEITOS E GANHOS				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Nota	2014	2013	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Nota	2014	2013
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES					PROVEITOS E GANHOS CORRENTES			
	Comissões e taxas					Juros e proveitos equiparados			
722+723	Da carteira de títulos e outros activos		3.556	18.459	812+813	Da carteira de títulos e outros activos		252.925	249.578
724+...+728	Outras, de operações correntes		72.177	71.783	811+814+817+818	Outros, de operações correntes		949	1.369
729	De operações extrapatrimoniais		-	-		Rendimentos de títulos e outros activos			
	Perdas em operações financeiras				822+...+824/5	Da carteira de títulos e outros activos		8.689	-
732+733	Na carteira de títulos e outros activos		10.111	775.228		Ganhos em operações financeiras			
731+738	Outras, de operações correntes		320	629	832+833	Na carteira de títulos e outros activos		554.945	123.938
739	Em operações extrapatrimoniais		6	-	831+838	Outros, em operações correntes		20	400
	Impostos				839	De operações extrapatrimoniais		185	-
7411+7421	Impostos sobre o rendimento	9	52.588	86.317		Reposição e anulação de provisões			
7412+7422	Impostos indirectos	9	124	559	851	Provisões para encargos	9	37.474	85.914
	Provisões do período					TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)		855.187	461.199
751	Provisões para encargos	9	58.749	51.654		PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS			
77	Outros custos e perdas correntes		1.679	81		Outros proveitos e ganhos eventuais		-	-
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)		199.310	1.004.710	888	TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (D)		-	-
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se > 0)		655.877	-		RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se < 0)		-	543.511
	TOTAL		855.187	1.004.710		TOTAL		855.187	1.004.710
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da carteira de títulos		802.892	(420.171)	D-C	Resultados eventuais		-	-
8x9-7x9	Resultados das operações extrapatrimoniais		179	-	B+D-A-C+74	Resultados antes de imposto sobre o rendimento		708.589	(457.194)
B-A	Resultados correntes		655.877	(543.511)	B+D-A-C+7411/8+7421/8	Resultado líquido do período		655.877	(543.511)

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2014.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

BANCO BIC-BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO ABERTO
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM

30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Dólares dos Estados Unidos)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	2014	2013
<u>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC</u>		
Recebimentos:		
Subscrições de unidades de participação	5.528	326.600
Pagamentos		
Resgates de unidades de participação	(27.907)	-
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC	(22.379)	326.600
<u>OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS</u>		
Recebimentos:		
Venda de títulos	1.877.658	8.018.145
Reembolso de títulos e outros activos	512.240	-
Rendimento de títulos e outros activos	2.564	823
Juros e proveitos similares recebidos	252.079	233.354
Outros recebimentos relacionados com a carteira	5.173	13.000
Pagamentos:		
Compra de títulos	(1.966.075)	(9.025.728)
Comissões de corretagem	(3.556)	(18.281)
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros activos	680.083	(778.686)
<u>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</u>		
Recebimentos		
Operações cambiais	185	-
Pagamentos		
Operações cambiais	(306)	(228)
Fluxo das operações a prazo e de divisas	(121)	(228)
<u>OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE</u>		
Recebimentos:		
Juros de depósitos bancários	948	1.353
Outros recebimentos correntes	-	-
Pagamentos:		
Comissão de gestão	(26.228)	(54.980)
Comissão de depósito	(5.324)	(5.372)
Impostos e taxas	(108.683)	(93.322)
Outros pagamentos correntes	(7.281)	(7.553)
Fluxo das operações de gestão corrente	(146.569)	(159.875)
Disponibilidades no início do período	884.642	1.928.285
Saldo dos fluxos de caixa do período	511.015	(612.189)
Disponibilidades no fim do período	1.395.657	1.316.096

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2014.

INTRODUÇÃO

A constituição do “Banco BIC-Brasil Fundo de Investimento Alternativo Aberto” (adiante igualmente designado por “Fundo”), foi autorizada por deliberação do Conselho Directivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários de 4 de Agosto de 2011, tendo iniciado a sua actividade em 30 de Agosto de 2011.

É um organismo especial de investimento (OEI), constituído por tempo indeterminado, e tem como principal objectivo proporcionar aos seus participantes o acesso a uma carteira de activos do mercado brasileiro, de rendimento fixo e variável, com predominância para os activos de rendimento fixo. Os principais activos serão obrigações e títulos de dívida de empresas brasileiras e do Tesouro Nacional Brasileiro, podendo, contudo haver um investimento até 30% do valor líquido global do Fundo em acções ou valores mobiliários similares. Poderão ser realizados investimentos no mercado brasileiro ou fora do mercado brasileiro, mas com exposição ao mesmo, através de obrigações, American depositary receipts (ADRs) e Exchange-trade funds (ETFs). Apesar da moeda de referência do Fundo ser o Dólar dos Estados Unidos, os activos podem ser adquiridos nessa moeda em Reais ou em Euros.

No seguimento da entrada em vigor do Regulamento da CMVM n.º 5/2013, de 7 de Setembro, o Fundo alterou a sua designação de “Banco BIC Brasil Fundo Especial de Investimento Aberto” para a designação actual.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Dunas Capital - Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.. As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco BIC Português, S.A. (Banco BIC).

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OEI, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei n.º 252/2003, de 17 de Outubro.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo. As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OEI

O capital do OEI está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do OEI, proporcionalmente ao número de unidades que representam. O valor da unidade de participação para efeitos de constituição do Fundo foi de cem Dólares dos Estados Unidos.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição e de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia do pedido e divulgado no dia seguinte, pelo que o mesmo é efectuado a preço desconhecido.

O movimento ocorrido no capital do OEI, durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2014, foi como segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2014
(Montantes expressos em Dólares dos Estados Unidos)

	Valor base	Diferença para o valor base	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Número de unidades de participação	Valor unitário da unidade de participação
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	10.400.538	24.930	699.135	(497.916)	10.626.687	104.005,3807	102,1743
Subscrições	5.237	291	-	-	5.528	52,3710	105,5546
Resgates	(25.902)	(2.005)	-	-	(27.907)	(259,0252)	107,7386
Resultados transitados	-	-	(497.916)	497.916	-	-	-
Resultado líquido do período	-	-	-	655.877	655.877	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2014	<u>10.379.873</u>	<u>23.216</u>	<u>201.219</u>	<u>655.877</u>	<u>11.260.185</u>	<u>103.798,7265</u>	<u>108,4809</u>

O valor líquido global do OEI, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação no último dia de cada mês do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2014, foram os seguintes:

Meses	Valor líquido global do Fundo	Valor da unidade de participação	Número de unidades de participação em circulação
Janeiro	10.572.279	101,6512	104.005,3807
Fevereiro	10.796.419	103,8063	104.005,3807
Março	10.960.745	105,3863	104.005,3807
Abril	11.111.484	106,7818	104.057,7517
Maior	11.232.125	108,0787	103.925,4116
Junho	11.260.185	108,4809	103.798,7265

Em 30 de Junho de 2014, o número de participantes em função do número de unidades de participação do Fundo apresentava o seguinte detalhe:

Superior a 25%	2
Entre 10% e 25%	1
Entre 2% e 5%	1
Até 0,5%	8

Total de participantes	12
	==

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

O detalhe da carteira de títulos em 30 de Junho de 2014 é apresentado no Anexo I.

O movimento ocorrido na rubrica de disponibilidades durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2014 foi o seguinte:

	Depósitos à ordem
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	884.642
. Aumentos	511.015
. Reduções	-
Saldo em 30 de Junho de 2014	<u>1.395.657</u>

Em 30 de Junho de 2014, os depósitos à ordem estavam domiciliados junto do Banco BIC Português, S.A., eram essencialmente denominados em Dólares dos Estados Unidos, e venciam juros à taxa de juro anual bruta de 0,15%.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização

O OEI regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros corridos relativos a títulos adquiridos são registados na rubrica “Despesas com custo diferido” (Nota 18), atendendo a que a periodificação dos juros a receber é efectuada apenas a partir da data de aquisição dos respectivos títulos.

b) Reconhecimento de juros de aplicações

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos. Os juros são registados pelo montante bruto, sendo o respectivo Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) reconhecido na demonstração dos resultados do período na rubrica “Impostos sobre o rendimento” (Nota 9).

c) Carteira de títulos

As compras de títulos são registadas na data de transacção, pelo valor efectivo de aquisição.

Os valores mobiliários em carteira são avaliados ao seu valor de mercado ou presumível de mercado, de acordo com as seguintes regras:

- i) Os valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados são valorizados com base na última cotação disponível no momento de referência. Caso não exista cotação nesse, utiliza-se a última cotação de fecho disponível, desde que a mesma se tenha verificado nos quinze dias anteriores;
- ii) A partir de 29 de Novembro de 2013 (inclusive), os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base nas ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, ao valor médio das ofertas de compra “BID” difundidas pelos sistemas internacionais de informação de cotações, tais como, a Bloomberg (ao valor médio das ofertas de compra e venda “MID” até aquela data). Alternativamente, a cotação pode ser obtida através de modelos teóricos de avaliação de obrigações; e
- iii) Os outros valores representativos de dívida de curto prazo, na falta de preços de mercado, são valorizados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

As mais e menos-valias apuradas de acordo com os critérios de valorização descritos anteriormente, são reconhecidas na demonstração dos resultados do período nas rubricas “Ganhos ou perdas em operações financeiras”, por contrapartida das rubricas “Mais-valias” e “Menos-valias” do activo.

Para efeitos de determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

d) Valorização das unidades de participação

O valor de cada unidade de participação é calculado semanalmente, no segundo dia útil de cada semana dividindo o valor líquido do património do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. Para efeitos exclusivos de obtenção de um valor da unidade de participação no final de cada ano civil, é calculado um valor da unidade de participação no último dia de cada ano civil, sendo que tal valor não tem qualquer relevância para efeitos de subscrições e resgates do Fundo, excepto caso essa data coincida com o segundo dia útil de cada semana.

O capital do OEI corresponde ao somatório das rubricas unidades de participação, variações patrimoniais, resultados transitados e resultado líquido do período.

A rubrica "Variações patrimoniais" resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

e) Comissão de gestão

A comissão de gestão corresponde à remuneração da sociedade responsável pela gestão do património do OEI. De acordo com o regulamento de gestão do OEI, esta comissão apresenta uma componente fixa calculada diariamente, por aplicação de uma taxa anual de 1,00% sobre o valor global do OEI, sendo a sua liquidação efetuada trimestralmente, e uma componente variável de 20% a incidir sobre a valorização positiva do Fundo face ao *benchmark*. Esta comissão é devida quando a rentabilidade do Fundo exceda na data do seu aniversário, a US Dollar Libor 6 Meses + 3,00% em cada ano após a constituição do Fundo.

Caso a rentabilidade não seja atingida num determinado período, não havendo direito à cobrança da comissão de performance, no período seguinte esta será apurada relativamente ao objectivo traçado, acrescentando-lhe ainda a obrigatoriedade de recuperar a diferença para o objectivo não alcançado no período anterior e assim sucessivamente.

A comissão de gestão é registada na rubrica "Comissões e taxas – Outras, de operações correntes" da demonstração dos resultados, por contrapartida da rubrica "Comissões a pagar" do balanço.

f) Comissão de depósito

A comissão de depósito corresponde à remuneração do banco depositário. De acordo com o regulamento de gestão do OEI, esta comissão é calculada diariamente, por aplicação de uma taxa anual de 0,20% sobre o valor global do OEI, sendo a sua liquidação efetuada trimestralmente.

A comissão de depósito é registada na rubrica "Comissões e taxas – Outras, de operações correntes" da demonstração dos resultados, por contrapartida da rubrica "Comissões a pagar" do balanço.

g) Taxa de supervisão

A taxa de supervisão devida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, constitui um encargo do OEI, sendo calculada por aplicação de uma taxa sobre o valor global do OEI no final de cada mês e registada na rubrica "Comissões e taxas". A taxa mensal aplicável ao OEI é de 0,003%, com um limite mensal mínimo e máximo de 200 Euros e 20.000 Euros, respetivamente.

h) Operações em moeda estrangeira

Os ativos não denominados em Dólares dos Estados Unidos são convertidos para Dólares dos Estados Unidos com base no câmbio indicativo para as operações à vista ("*fixing*"), divulgado pelo

Banco de Portugal na data de encerramento do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação cambial são registados como proveitos e custos do período, respetivamente.

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em conformidade com o Artigo 22º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os rendimentos obtidos pelos fundos de investimento mobiliário, são tributados da seguinte forma:

- . Os juros de valores mobiliários e outros valores representativos de dívida de emitentes nacionais, bem como os juros de depósitos bancários em instituições de crédito no país são tributados por retenção na fonte à taxa de 28%. Adicionalmente, os juros de valores mobiliários e outros valores representativos de dívida de emitentes estrangeiros são tributados autonomamente à taxa de 20% e os juros de depósitos bancários em instituições de crédito estrangeiras são tributados autonomamente à taxa de 25%;
- . O diferencial positivo entre o valor de reembolso de obrigações ou de outros títulos de dívida de emitentes nacionais e o seu valor de aquisição é tributado autonomamente à taxa de 25% (20% para obrigações e outros títulos de dívida de emitentes estrangeiros);
- . As mais-valias realizadas em ações, contratos de futuros, obrigações e em outros instrumentos de dívida, obtidas em território português ou fora dele, são tributadas autonomamente à taxa de 25% sobre a diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias obtidas em cada ano;
- . Os dividendos recebidos de empresas estrangeiras são tributados em 20% sobre o respetivo valor líquido. Ao imposto devido sobre esses rendimentos pode ser deduzido um crédito de imposto correspondente ao imposto pago no estrangeiro relativamente aos rendimentos em causa. Existindo uma convenção para eliminar a dupla tributação celebrada por Portugal e o país onde os rendimentos são obtidos que não exclua os fundos de investimento, o crédito de imposto não pode exceder o imposto pago nesse país nos termos previstos pela convenção;
- . Os dividendos recebidos de empresas nacionais são tributados à taxa de 28%;
- . Os ganhos realizados em operações cambiais a prazo são tributados à taxa de 28% quando obtidos em território nacional, e à taxa de 25%, quando resultem de operações com não residentes. Os ganhos para efeitos fiscais são calculados com base na diferença entre as taxas *spot* e *forward* contratadas no início das operações.

Em 30 de Junho de 2014, a rubrica de “Impostos” apresenta a seguinte composição:

Impostos sobre o rendimento pagos em Portugal:	
- Juros da carteira de títulos	50.585
- Dividendos	434
- Juros de depósitos à ordem	266

	51.285

Impostos sobre o rendimento pagos no estrangeiro	1.303

	52.588

Impostos indirectos pagos em Portugal	124

	52.712
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2014
(Montantes expressos em Dólares dos Estados Unidos)

No seguimento das alterações fiscais decorrentes da entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2013, nomeadamente do fim da isenção de tributação das mais-valias realizadas pelos Fundos de Investimento Mobiliário em ações detidas há mais de um ano e em obrigações e outros instrumentos de dívida, a CMVM veio estabelecer no dia 7 de Fevereiro de 2013 a obrigatoriedade do registo de impostos diferidos passivos sobre as mais-valias potenciais líquidas geradas nas diversas categorias de títulos após 1 de Abril de 2013, utilizando como referência o valor pelo qual os títulos se encontravam inscritos no balanço em 31 de Março de 2013, independentemente da existência, ou não, de mais ou menos valias potenciais líquidas geradas até aquela data. Relativamente às mais valias potenciais líquidas geradas até 31 de Março de 2013, o respetivo impato fiscal apenas será reconhecido quando os títulos forem alienados. Deste modo, para os títulos adquiridos e para os títulos em carteira com mais valias potenciais líquidas geradas após 1 de Abril de 2013, o Fundo passou a registar impostos diferidos passivos sobre aquelas mais valias assumindo a compensação de mais e menos valias potenciais e a alienação das obrigações antes da sua maturidade. Os impostos diferidos passivos representam um encargo para o Fundo e são registados na demonstração dos resultados nas rubricas “Provisões do período – Provisões para encargos” ou “Reposição e anulação de provisões – Provisões para encargos”, por contrapartida da rubrica do balanço “Provisões para encargos”.

Durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2014, o movimento ocorrido na rubrica “Provisões para encargos” foi como segue:

	Saldo Inicial	Aumentos	Reposições	Saldo Final
Provisões para encargos	-	58.749	(37.474)	21.275

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 30 de Junho de 2014, o Fundo detinha apenas um depósito à ordem no montante de 100 Euros (136 Dólares dos Estados Unidos).

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de Junho de 2014, os prazos residuais até à data de vencimento dos activos com taxa de juro fixa apresentam a seguinte composição:

<u>Maturidade</u>	<u>Valor de balanço</u>
Até 1 ano	452.173
De 1 a 3 anos	1.031.080
De 3 a 5 anos	1.019.644
De 5 a 7 anos	2.296.064
Superior a 7 anos	4.989.232

Total	9.788.193
	=====

15. ENCARGOS IMPUTADOS

Os encargos imputados ao Fundo no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2014, apresentam o seguinte detalhe:

<u>Encargos</u>	<u>Valor</u>	<u>% Valor médio líquido global do Fundo</u>
Comissão de gestão fixa	54.360	1,00%
Comissão de depósito	10.872	0,20%
Taxa de supervisão	1.966	0,04%
Custos de auditoria	4.979	0,09%
Publicações	1.630	0,03%
Total de custos imputados ao Fundo	<u>73.807</u>	
Valor médio líquido global do Fundo	10.942.883	
Taxa de encargos correntes (TEC)	1,35%	

As taxas acima apresentadas encontram-se anualizadas.

18. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS - ACTIVO

Em 30 de Junho de 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

Acréscimos de proveitos:

. Juros da carteira de títulos (Nota 3)	91.876
. Juros de depósitos à ordem	6

	91.882
Despesas com custo diferido	
. Juros da carteira de títulos (Nota 3)	2.745

	94.627
	=====

19. OUTRAS CONTAS DE CREDITORES

Em 30 de Junho de 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

Comissões e taxas a pagar:	
. Comissão de gestão	27.900
. Comissão de depósito	10.826
. Custos de auditoria	5.040
. Taxa de supervisão	1.005

	44.771

Estado e Outros Entes Públicos:	
. Imposto sobre juros da carteira de títulos	51.407
. Outros valores a pagar	1.628

	53.035

	97.806
	=====

A rubrica “Comissão de gestão” refere-se às comissões de gestão dos meses de Março, Abril e Maio de 2014. A rubrica “Comissão de depósito” refere-se às comissões de gestão dos meses de Dezembro de 2013 a Maio de 2014.

20. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS - PASSIVO

Em 30 de Junho de 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

Comissão de gestão	9.250
Comissão de depósito	1.850

	11.100
	=====

As rubricas “Comissão de gestão” e “Comissão de depósito” referem-se às comissões de gestão e de depósito do mês de Junho de 2014, as quais apenas serão devidas pelo Fundo no mês de Agosto de 2014.

ANEXO I

BANCO BIC-BRASIL

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO ABERTO

INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Montantes expressos em Dólares dos Estados Unidos)

	Custo de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor de mercado	Juro corrido (Nota 18)	Valor de balanço
Valores Mobiliários Cotados:						
Mercado de bolsa de Estado membro da UE						
Títulos de Dívida Pública						
BNDES 5,75% 09/26/23	501.274	35.266	-	536.540	6.006	542.546
BRAZ 2.625% 01/05/23	486.000	-	(24.575)	461.425	5.104	466.529
	<u>987.274</u>	<u>35.266</u>	<u>(24.575)</u>	<u>997.965</u>	<u>11.110</u>	<u>1.009.075</u>
Outros Fundos Públicos e Equiparados						
BBras 5,875% 1/26/22	243.125	14.193	-	257.318	5.026	262.344
Obrigações Diversas						
Odebre 6,75% 10/1/22	580.709	36.670	-	617.379	2.428	619.807
Hyperm 6,5% 04/20/21	531.625	10.125	-	541.750	5.056	546.806
BRF 5,875% 06/06/22	546.250	-	(5.885)	540.365	1.567	541.932
DAYCOV 5 3/4 03/19/1	497.575	23.165	-	520.740	6.453	527.193
Sabes 6,25% 12/16/20	516.750	6.960	-	523.710	972	524.682
ITAU 5,65% 03/19/22	500.150	15.305	-	515.455	6.341	521.796
HSBC 4% 05/11/16	524.375	-	(6.210)	518.165	2.178	520.343
Norbr 3,625% 11/9/15	503.750	9.165	-	512.915	2.054	514.969
BABC 7,875% 04/08/20	474.250	14.000	-	488.250	6.458	494.708
Suzan 5,875% 1/23/21	251.750	8.610	-	260.360	5.124	265.484
BRProp 9% Perpetual	261.125	-	(825)	260.300	4.150	264.450
Fibria 6,75% 03/03/21	221.400	1.374	-	222.774	3.510	226.284
PETBRA Float 011519	200.000	-	(412)	199.588	799	200.387
	<u>5.609.709</u>	<u>125.374</u>	<u>(13.332)</u>	<u>5.721.751</u>	<u>47.089</u>	<u>5.768.840</u>
Mercado de bolsa de Estados não membros da EU						
Obrigações diversas:						
Braske 5,375% 5/2/22	475.500	31.320	-	506.820	3.464	510.284
Miner 7,75% 1/31/23	254.375	12.903	-	267.278	7.007	274.285
Petro 5,375% 1/27/21	277.525	-	(18.305)	259.220	4.569	263.789
ValeB 4,375% 1/11/22	248.054	8.216	-	256.270	4.108	260.378
	<u>1.255.454</u>	<u>52.439</u>	<u>(18.305)</u>	<u>1.289.588</u>	<u>19.148</u>	<u>1.308.735</u>
Outros valores mobiliários:						
IShares MSCI Brazil	328.750	29.600	-	358.350	-	358.350
Outros valores						
Valor Mobiliários estrangeiros não cotados						
Obrigações diversas:						
Brades 5,75% 3/1/22	502.400	20.880	-	523.280	7.603	530.883
Andrgi 4,0% 04/30/18	476.250	22.655	-	498.904	2.667	501.571
Gerdau 4,75% 4/15/23	230.250	16.553	-	246.803	1.979	248.782
	<u>1.208.900</u>	<u>60.088</u>	<u>-</u>	<u>1.268.987</u>	<u>12.249</u>	<u>1.281.235</u>
	<u>9.633.212</u>	<u>316.958</u>	<u>(56.212)</u>	<u>9.893.958</u>	<u>94.621</u>	<u>9.988.579</u>

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE A INFORMAÇÃO SEMESTRAL

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2014 do Banco BIC-Brasil Fundo de Investimento Alternativo Aberto (Fundo), gerido pela Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Sociedade Gestora), incluída no Relatório de Gestão, no Balanço, que evidencia um total de 11.390.366 Dólares dos Estados Unidos e um total de capital do Fundo de 11.260.185 Dólares dos Estados Unidos, incluindo um resultado líquido do período de 655.877 Dólares dos Estados Unidos, nas Demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data e no correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade Gestora: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) a preparação de informação financeira histórica de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados, atentas as especificidades dos Fundos de Investimento Mobiliário; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação, para os aspectos materialmente relevantes, se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

4. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira acima referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e nas Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo sido planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever, para os aspectos materialmente relevantes: (i) o suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação do adequado cumprimento do Regulamento de Gestão do Fundo; (iii) a verificação da adequada avaliação dos valores do Fundo (em especial no que se refere a valores não cotados em mercado regulamentado e a derivados negociados fora de mercado regulamentado); (iv) a verificação do cumprimento dos critérios de avaliação definidos nos documentos constitutivos; (v) a verificação da realização das operações sobre valores cotados, mas realizadas fora de mercado nos termos e condições previstas na lei e respectiva regulamentação; (vi) a verificação do registo e controlo dos movimentos de subscrição e resgate das unidades de participação do Fundo; (vii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (viii) a apreciação se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (ix) a apreciação sobre se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação financeira semestral.

Parecer

5. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do Banco BIC-Brasil Fundo de Investimento Alternativo Aberto relativa ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2014 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Investimento Mobiliário e que, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 28 de Agosto de 2014



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por José António Mendes Garcia Barata